

A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO

C/C AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

C/C A PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA – PGR

REF.: PREGÃO ELETRONICO, PROCESSO N° 59506.000417/2024-18-e E EDITAL N° 90001/2025

OBJETO: Contratação de serviços de execução de pontes com cabeceiras modulares em concreto armado e transposição mista, em diversos municípios inseridos na área de atuação da 10ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Tocantins, por Sistema de Registro de Preços – SRP, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e divididos em 7 itens abaixo discriminados:

- ☐ **Item 1: 20 (vinte) unidades de pontes de 6,0 x 4,5 m;**
- ☐ **Item 2: 10 (dez) unidades de pontes de 8,0m x 4,5m;**
- ☐ **Item 3: 10 (dez) unidades de pontes de 10,0m x 4,5m;**
- ☐ **Item 4: 10 (dez) unidades de pontes de 12,0m x 4,5m;**
- ☐ **Item 5: 20 (vinte) unidades de pontes de 15,0m x 4,5m;**
- ☐ **Item 6: 10 (dez) unidades de pontes de 18,0m x 4,5m;**
- ☐ **Item 7: 15 (quinze) unidades de pontes de 24,0m x 4,5m.**

A EMPRESA MVDC EMPREENDIMIENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ DE N° 26.746.084/0001-09, SEDIADA NA RUA BARÃO RIO BRANCO, S/N°, CENTRO, AXIXÁ-MA, vem respeitosamente à presença deste Ilmo. Agente de contratação,

📍 Rua Barão Rio Branco, S/N - Centro - Axixá-MA

☎ (98) 98529-7204 📞

✉ @mvdcmempreendimentos@gmail.com

CNPJ: 26.746.084/0001-09

apresentar TEMPESTIVAMENTE, suas razões recursais em face do resultado da fase de habilitação da licitação em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

RECURSO ADMINISTRATIVO

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de inclusão para apresentação do presente recurso foi formalmente mencionado, respeitando o prazo de três dias úteis para interposição, conforme disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 e no próprio Edital do certame.

Portanto, o presente recurso é tempestivo e deve ser regularmente apreciado por esta Comissão.

I – DOS FATOS

A empresa Macario Construção e Instalação foi declarada habilitada e vencedora de diversos lotes do presente certame. Todavia, ao longo da análise da proposta de preço readequada assim como dos documentos e do comportamento das licitantes envolvidas, verifica-se erros insanáveis na elaboração de sua proposta conforme será minuciosamente abaixo demonstrado, assim como fortes indícios da existência de conluio entre a Macario e a empresa Construtora Lorenzoni LTDA, configurando grave afronta aos princípios da isonomia, legalidade, moralidade e competitividade, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Durante o certame licitatório em referência, a empresa Lorenzoni Construções apresentou atestado técnico de capacidade emitido pela empresa Macário Construções, alegando a execução de uma ponte com 52 metros de extensão, para fins de comprovação de aptidão técnica em obras de arte especiais.

Contudo, quando devidamente instada pela comissão para comprovar a veracidade do documento — mediante apresentação de notas fiscais, contratos, planilhas de medição e demais elementos probatórios exigidos para validação de capacidade técnica operacional —

a empresa Lorenzoni Construções alegou, de forma genérica e evasiva, que “mudou de escritório e não localizou os documentos”, vindo a apresentar ofício de desistência da participação, o que por si só já levanta sérias dúvidas sobre a veracidade do atestado emitido à Lorenzoni.

Coincidentemente — ou não — após a desclassificação de Lorenzoni, a própria Macário Construções passou a participar diretamente do certame, apresentando apenas um atestado técnico averbado no CREA referente à execução de uma ponte de 30 metros, e foi considerada habilitada nos Lotes 1, 2, 4 e 5.

Nos Lotes 6 e 7, no entanto, onde a exigência técnica previa a execução prévia de obras de maior extensão, a empresa Macário foi instada a apresentar novo atestado técnico compatível. Foi aí que se revelou a contradição e, consequentemente, a possível fraude. A própria empresa admitiu no chat oficial da licitação que não possui atestados de obras com extensão superior a 30 metros.

II - DA PROPOSTA DE PREÇO READEQUADA APRESENTADA

Foi identificada, na proposta apresentada pela empresa Macario Construção, a existência de vícios insanáveis, substanciais de natureza técnica e legal, os quais comprometem diretamente o valor final ofertado, desrespeitando de maneira irreversível os princípios da legalidade, assim como o princípio da isonomia do certame, pois foi claramente declarada vencedora uma empresa que apresentou uma proposta com uma série de irregularidades, conforme abaixo demonstrado:

Em consulta pública, foi verificado que a empresa em questão é optante pelo regime do Simples Nacional, estando, portanto, sujeita às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

Consulta do Simples Nacional da Macario

Consulta Optantes

Data da consulta: 26/05/2025 20:24:15

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **01.952.789/0001-43**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **MACARIO CONSTRUCAO E INSTALACAO LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2021**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

Nesse contexto, verifica-se que:

Na composição do BDI, a empresa incluiu as alíquotas de PIS, COFINS e ISS exatamente como apresentadas no orçamento de referência da Administração, sem realizar o ajuste exigido pelo regime do Simples Nacional.

BDI da licitante

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	(%)
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
	Administração central	3,80%
	Total AC =	3,80%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	
	Despesas financeiras	1,02%
	Total DF =	1,02%
S, R e G	SEGURO, RISCO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO	
	taxa de seguros	0,12%
	taxa de riscos	0,50%
	taxa de garantias	0,20%
	Total R=	0,82%
L	LUCRO	
	Lucro bruto	6,64%
	Total L =	6,64%
I	TRIBUTOS	
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISSQN	5,00%
	CPRB	0,00%
	Total I =	8,65%
	TOTAL (BDI) =	23,41%

MACARIO
CONSTRUCAO E
INSTALACAO
LTDA:01952789000143
0143

Assinado digitalmente por MACARIO
CONSTRUCAO E INSTALACAO
LTDA:01952789000143
M2: C=BR, O=MAC SOLLITI VALISTA v5,
OU=1555884000118, OU=+
Videoconferencia, OU=Certificado P1
A1, CN=MACARIO CONSTRUCAO E
INSTALACAO LTDA:01952789000143
Localidade: 24121969nc

SERGIO
AUGUSTO
MAGALHAES
BARBOSA:37528
980200

Assinado digitalmente por SERGIO
AUGUSTO MAGALHAES
BARBOSA:37528980200
M2: C=BR, O=MAC SOLLITI VALISTA v5, OU=+
SOLLITI VALISTA v5, OU=+
1555884000118, OU=Presencial,
OU=Certificado PP A1, CN=SERGIO
AUGUSTO MAGALHAES
BARBOSA:37528980200
Localidade: 24121969nc

📍 Rua Barão Rio Branco, S/N - Centro - Axixá-MA

☎ (98) 98529-7204 📞

✉ @mvdcmempreendimentos@gmail.com

CNPJ: 26.746.084/0001-09

De acordo com o artigo 18 da LC nº 123/2006, tais tributos devem ser considerados com base na alíquota efetiva resultante do cálculo conforme o Anexo aplicável à atividade da empresa, e não pelas alíquotas cheias isoladas, como as aplicadas a empresas do lucro presumido ou lucro real.

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa e pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º.

§ 1º Para efeito de determinação da alíquota nominal, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao do período de apuração

§ 1º A. A alíquota efetiva é o resultado de:

$$\frac{RBT12 \times Aliq-PD}{RBT12}$$

A omissão na realização desse cálculo configura falha técnica grave, pois altera a composição do preço como um todo, onerando ou deturpando artificialmente o valor final da proposta.

Nos encargos sociais, a empresa também apresentou valores indevidos, incluindo alíquotas relativas a contribuições sociais das quais é isenta por força da própria LC nº 123/2006, como SESI, SENAI, INCRA, salário-educação, entre outras.

Encargos Sociais da Licitante



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba



OBRA DE TERRAPLANAGEM-CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

NOME DA CONCORRENTE:			
EDITAL:			
FOLHA:			
SERVIÇO: CONSTRUÇÃO DE PONTES COM CABECEIRAS MODULARES EM BLOCOS DE CONCRETO E TRANSPOSIÇÃO MODULARES MISTAS NO ESTADO DO TOCANTINS			
DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS (%)			
VIGÊNCIA A PARTIR DE 12/2023 - TOCANTINS		SEM DESONERAÇÃO	
GRUPO A			
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	-	-
A	Total	36,80	36,80

Tais encargos não são devidos por empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme interpretação consolidada da Receita Federal e da própria legislação tributária vigente. A inclusão desses valores, portanto, infla indevidamente os custos sociais apresentados, distorcendo novamente a planilha orçamentária e o preço final.

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar

Acórdão 2622/2013

Essas falhas não são meros erros formais, mas sim vícios materiais que comprometem a legalidade, exequibilidade e competitividade da proposta. Além

disso, representam desrespeito às normas tributárias específicas aplicáveis à empresa licitante, contrariando os princípios da legalidade, da isonomia, da proposta mais vantajosa e da moralidade administrativa.

A proposta, ao conter tributos em desacordo com a realidade fiscal da licitante e incluir encargos indevidos, resulta em um valor final incorreto, prejudicando o equilíbrio do certame e podendo ensejar prejuízos ao erário.

Dessa forma, com base no art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a desclassificação de propostas que apresentem vícios que as tornem inaceitáveis, requer-se a desclassificação da proposta da empresa Macario Construção e Instalação, para a devida correção do processo e preservação da legalidade e da economicidade.

III – DA CONSTATAÇÃO DE SIMULAÇÃO DE COMPETIÇÃO ENTRE MACARIO E LORENZONI

Fato mais grave ocorreu durante todo o andamento processual, onde podemos observar uma série de comportamentos no mínimo suspeito, entre duas empresas participantes, onde podemos constatar claramente uma situação de conluio entre elas, vejamos:

Apurou-se após análise documental, que foi a própria Macario quem cedeu o acervo técnico à empresa Lorenzoni, o que, por si só, já compromete a legitimidade da competição, uma vez que as duas licitantes são concorrentes do mesmo certame, e os lances apresentados sugerem uma atuação coordenada e simulada para beneficiar a empresa Macario.

Conforme verificado nos registros da plataforma compras.gov.br, a empresa Construtora Lorenzoni LTDA tem consistentemente ofertado lances inferiores em relação à Macario, mas sem a real intenção de vencer o certame. Essa conduta configura típico “jogo de cartas marcadas”, pois em diversos lotes:

A Lorenzoni apresenta o menor lance, e a Macario aparece logo em seguida com o segundo menor lance. Isso ocorreu em todos os lotes, com exceção do IV e VI, como demonstra a Imagem 1.

16.793.035/0001-65 ME/EPP Desclassificada	APX CONSTRUCOES E LOCAC.. MA	Valor ofertado (unitário) R\$ 489.139,3872 (28,00 %) Valor negociado (unitário) -	▼
02.600.407/0001-85 ME/EPP Desclassificada	CONSTRUTORA LORENZONI L.. PA	Valor ofertado (unitário) R\$ 506.123,3937 (25,50 %) Valor negociado (unitário) R\$ 505.647,8416 (25,57 %)	▼
01.952.789/0001-43 ME/EPP Aceita e habilitada	MACARIO CONSTRUCAO E INS.. PA	Valor ofertado (unitário) R\$ 525.621,0332 (22,63 %) Valor negociado (unitário) -	▼

Imagem1

Esse comportamento padronizado e estratégico não representa disputa legítima, mas sim um artifício para simular concorrência, desvirtuando o caráter competitivo da licitação.

Além disso, como já mencionado, a Lorenzoni sequer detinha capacidade técnica própria, razão pela qual recebeu acervo técnico da própria Macario, sua “concorrente”, numa clara fraude à competição, como demonstra a Imagem 2.



ATESTADO DE CAPACIDADE

A, **MACARIO CONSTRUCAO E INSTALACAO LTDA**. Inscrita no CNPJ nº 01.952.789/0001-43, com sede na Avenida Paralela Norte, s/nº, KM 230 Bairro: Centro, CEP 68.138-000, na cidade de Altamira, Estado do Pará, **ATESTA** para os devidos fins e a quem interessar que a empresa, **CONSTRUTORA LORENZONI LTDA**, inscrita sob o CNPJ de nº 02.600.407/0001-85, com sede à Rodovia Transamazônica, km 04, s/nº, Bairro: Bela Vista, com sede na cidade de Altamira, estado do Pará, CEP 68734-780, telefone: (93)98110-0010, E- mail: engenharia.clnet@hotmail.com, prestou o serviço de **CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCETO, COM O TAMANHO DE 52M** com excelente grau de satisfação, atendendo todos os requisitos em qualidade e atendimento.

OBJETO: Construção de uma ponte em concreto, com o tamanho de 52m.

VALOR DA OBRA: R\$ 1.257.308,70

PERÍODO DA OBRA: 24/01/2023 à 27/07/2023

Item	Descrição	Und	Quant.
	CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCETO, COM O TAMANHO DE 52M		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	Limpeza do terreno	m²	240,00
1.2	Placa de obra em lona com plotagem de gráfica	m²	3,00
1.3	Execução de Projetos Arquitetônico, Estrutural, inclusive fiscalização estrutural	UN	1,00

Imagem 2

IV – DO ACERVO TÉCNICO FORNECIDO PELA MACARIO À LORENZONI

A cessão de acervo técnico é legal quando realizada entre empresas que não concorrem entre si no mesmo processo. No entanto, no presente caso, Macario e Lorenzoni concorreram diretamente no mesmo certame, sendo inaceitável e ilegal a cessão do acervo técnico entre elas.

📍 Rua Barão Rio Branco, S/N - Centro - Axixá-MA

☎ (98) 98529-7204 📞

✉ @mvdcmempreendimentos@gmail.com

CNPJ: 26.746.084/0001-09

A conduta fere frontalmente o art. 9º da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

“É vedado aos licitantes, no curso da licitação:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório,”

Ou seja, ao fornecer acervo técnico à Lorenzoni e disputar os mesmos lotes, a empresa Macario induziu a Administração Pública a erro, criando uma aparente legalidade que esconde uma conduta fraudulenta e simulada.

V – DA CONDUTA IRREGULAR DA LORENZONI

Além de ser beneficiada pela cessão de acervo da Macario, a empresa Lorenzoni não apresentou toda a documentação obrigatória, e inclusive reconheceu tal deficiência no próprio sistema compras.gov.br, em mensagem nos seguintes termos:

“Boa tarde, Sr. Agente da Contratação! Por se tratarem de documentos específicos e mudarmos recentemente de instalação física do nosso escritório e migrados para um novo servidor, solicito verificar a possibilidade da dilação do prazo para a entrega dos mesmos, e assim, termos a oportunidade de realizarmos a juntada dos documentos requeridos por vossa comissão.”

Ou seja, a Lorenzoni ingressou no certame sem sequer reunir as condições mínimas exigidas, o que reforça a tese de que sua participação foi meramente instrumental, para favorecer a Macario, com a qual mantém ligação operacional direta.

V – DAS INCONSISTÊNCIAS NA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DA MACARIO

a) Certidão de Acervo Técnico (CAT) e Boletins de Medição

A certidão de nº 338707/2024 apresentada pela Macario indica conclusão da obra em 16/07/2023, como demonstra a Imagem 3.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO –
PMB/FMAS/FMMA



ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA-OPERACIONAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20230005

VALOR: R\$ 1.265.608,37 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oito reais e trinta e sete centavos)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES

CNPJ: 04.876.389/0001-94

CONTRATADA: MACARIO CONSTRUCAO E INSTALACAO EIRELI

CNPJ: 01.952.789/0001-43

RESPONSÁVEL TÉCNICO: SERGIO AUGUSTO MAGALHAES BARBOSA

RNP: 1505804876

INICIO SERVIÇO: 16/01/2023

FINAL SERVIÇO: 16/07/2023

Atestamos para os devidos fins de comprovação técnica, junto ao CREA-PA, que foi concluído o serviço registrado através de ART **PA20230893673**. Constitui objeto do presente ATESTADO a execução, pela **CONTRATADA**, de serviços das obras civis de Serviços EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE EM CONCRETO SOBRE O RIO TUCANO

Imagem 3

Contudo, os boletins de medição comprovam que os serviços continuaram sendo executados até maio de 2024, conforme consta no Boletim nº 8, demonstrado na Imagem 4, que menciona período de execução de 20/04/2024 a 20/05/2024.




<div></div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA CNPJ: 04.876.389/0001-94</div>			<div></div> <div>BOLETIM DE MEDIÇÃO</div>			Nº "08"	DATA DA ELABORAÇÃO : 19/05/2024				
OBRA/ SERV. : CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE EM CONCRETO SOBRE O RIO TUCANO AÇU			<div></div> <div>MACARIO COMERCIO E SERVICOS LTDA FABRILIZAÇÃO DE ARMAZENAS EM CONCRETO, OBRAS DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM-CONSTRUÇÃO DE ACESSOS</div>			EMPRESA : MACARIO CONSTRUCAO E INSTALACAO EIRELI					
CLIENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN, CONVÊNIO Nº 161/2022,						CONTRATO : 20230005	VALOR: 1.265.608,37				
LOCAL : SEDE DO MUNICIPIO						PERÍODO : 20 / 04 / 2024 À 20/05 / 2024	PRAZO: 180 DIAS				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE				P. UNIT.	VALOR TOTAL			
			DO CONTRATO (1)	MEDIDA ATÉ O PERÍODO ANTERIOR (2)	MEDIDA NO PERÍODO (3)	SALDO DO CONTRATO (4) = (1)-(2)-(3)		DO CONTRATO (5)	MEDIDO ATÉ O PERÍODO ANTERIOR (6)	MEDIDO NO PERÍODO (7)	SALDO DO CONTRATO (8) = (5) - (6) - (7)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES										
1.1	Licenças e taxas da obra	unid	1,00	1,00		0,00	R\$ 16.260,07	16.260,07	16.260,07	0,00	0,00

Imagem 4

📍 Rua Barão Rio Branco, S/N - Centro - Axixá-MA

☎ (98) 98529-7204 📞

✉ @mvdcmempreendimentos@gmail.com

CNPJ: 26.746.084/0001-09

Como pode a obra estar concluída em 2023 se ainda havia execução em maio de 2024? Essa contradição aponta para falsidade ideológica ou uso de documento falso, situação de extrema gravidade administrativa e penal.

b) Assinaturas Digitais Incongruentes

Foi identificado que diversos boletins (nº 1 ao 5) foram assinados digitalmente todos no mesmo dia (11/10/2023), embora os períodos de execução dos serviços sejam distintos e anteriores, como demonstrado na Imagem 5. Ainda há boletins sem assinatura válida (Boletim nº 6) com carimbo inserido de forma artificial.

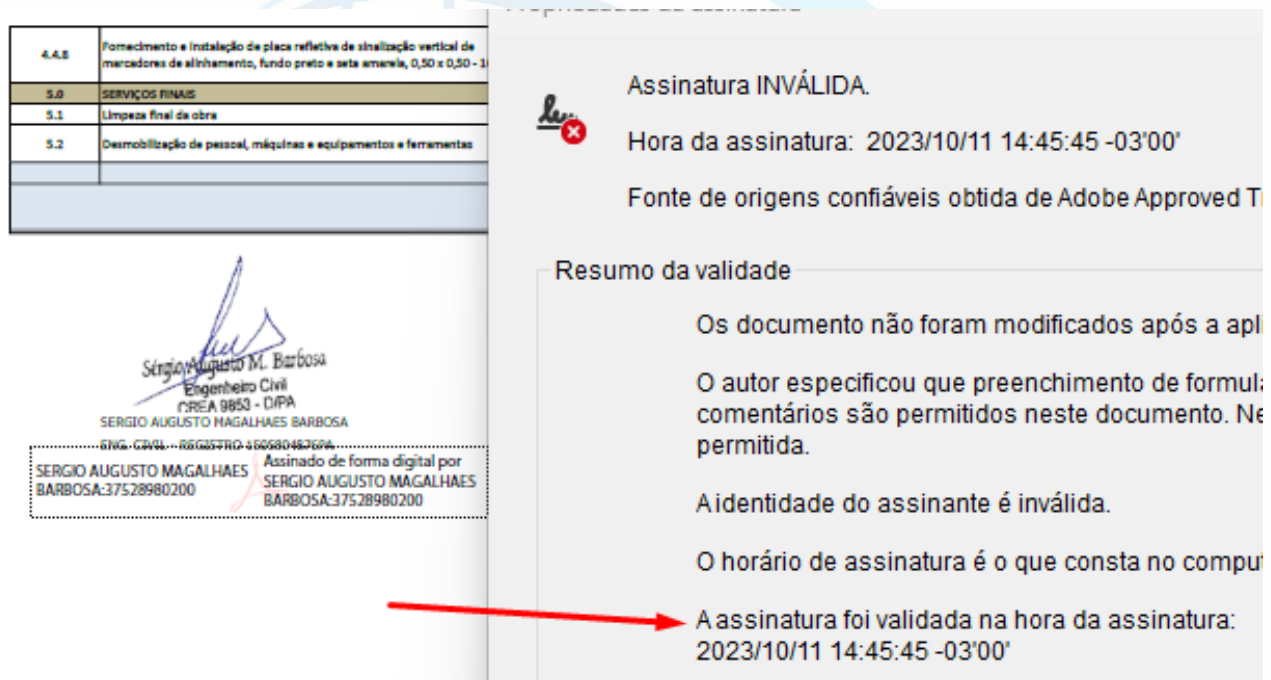


Imagem 5

O Município de Breves/PA, evidentemente, não efetuará o pagamento dos boletins de medição nº 1 ao 5 sem as devidas assinaturas, o que levanta indícios de que os referidos documentos foram elaborados ou reconstituídos posteriormente.

Tal fato sugere que possa ter havido boletins anteriores, substituídos ou omitidos, e que os atuais foram produzidos em bloco apenas para fins de habilitação. Resta a dúvida: por qual motivo a licitante Macario Construção elaborou e assinou digitalmente cinco boletins de medição em um único dia? Trata-se de uma prática, no mínimo, questionável, que compromete a autenticidade e a credibilidade da documentação apresentada.

Também chama atenção o fato de que a Nota Fiscal referente ao Boletim nº 8 (NF nº 00000021) foi emitida em 14/04/2025, ou seja, cinco dias após a abertura do processo licitatório, ocorrido em 09/04/2025. Tal circunstância levanta sérias dúvidas quanto à veracidade da conclusão dos serviços declarados, já que a emissão da nota ocorreu em data extremamente próxima ao início do certame, o que indica que os serviços possivelmente ainda estavam em execução, ou sequer haviam sido finalizados, comprometendo a idoneidade do atestado de capacidade técnica apresentado.

VI – PARECER JURÍDICO SOBRE FRAUDE EM LICITAÇÃO POR CONLUIO

1. Tipificação Penal da Conduta

A conluio entre empresas para fraudar concorrência oficial configura crime específico. Com a Lei 14.133/2021, esses tipos penais foram transpostos ao Código Penal, inaugurando o art. 337-F: **“Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório”**. A pena prevista no art.337-F é de reclusão, de 4 a 8 anos, e multa. Note-se que, não se exige ajuste ou combinação prévia para consumação; exige-se apenas a efetiva frustração da competitividade. Em suma, assiste-se à criminalização expressa da fraude licitatória: as empresas que combinam propostas para direcionar o certame praticam crime contra a administração pública (art.337-F do CP). Além disso, deve ser verificada eventual coautoria: ainda que a pessoa jurídica não seja diretamente punível com prisão (art. 45, CP), os dirigentes podem responder pela conduta delitiva.

- **Lei 14.133/21, art. 337-F do CP:** atualiza tipificação de “frustração ou fraude em licitação”.
- **Código Penal, art. 288:** associação criminosa (quadrilha). Embora art. 288 requeira “associarem-se 3 (três) ou mais pessoas” para fins de praticar crimes, a jurisprudência entende que conluio entre licitantes pode, em tese, configurar associação criminosa se envolver agentes públicos ou terceiros suficientes para completar o mínimo de pessoas envolvidas.

A doutrina observa que, sem prejuízo da teoria causal, a punição pela fraude licitatória se dá independentemente de efetivo prejuízo ou vantagem econômica (natureza formal). Ou seja, basta o ajuste fraudulento para consumir o crime. Por fim, eventual desvio de finalidade ou conluio com parecerista configuraria crime distinto (corrupção ativa, art. 333 do CP, em hipóteses específicas), mas o foco aqui é o ajuste entre licitantes.

2. Consequências Cíveis (Improbidade Administrativa)

A prática de fraude licitatória envolve graves consequências na esfera civil-administrativa, notadamente sob o prisma da Lei de Improbidade (Lei 8.429/1992). O conluio entre empresas geralmente causa lesão ao erário e resulta em enriquecimento ilícito das favorecidas, enquadrando-se como **ato de improbidade**. Destacam-se duas modalidades relevantes:

- **Frustração da licitude do certame:** Constitui ato de improbidade administrativa “frustrar a licitude de processo licitatório” (art. 10, VIII, da Lei 8.429/92). Ou seja, combinar preços ou excluir licitantes por fraude é ato que lesa diretamente o patrimônio público. Nesse caso, os responsáveis (empresas e eventuais agentes públicos coniventes) ficam sujeitos às sanções civis da Lei de Improbidade: ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil (até duas vezes o dano), suspensão de direitos políticos, entre outras. Em especial, o agente público ou terceiro que “dissipou bens” do erário deve ressarcir integralmente o prejuízo causado.

- **Enriquecimento ilícito:** Se do esquema de conluio a empresa auferiu vantagem patrimonial indevida, pode incidir ato de improbidade por enriquecimento ilícito (art. 9º). Embora o art. 9º enfoque agentes públicos, admite-se equiparação a terceiro beneficiado: a empresa favorecida deve restituir o acréscimo indevido e pode ter seus bens ilícitos bloqueados ou perdidos. A Lei de Improbidade garante que “ocorrendo lesão ao patrimônio público, dar-se-á o integral ressarcimento do dano” (art. 5º) e “no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio” (art. 6º). Em prática, o Poder Judiciário pode decretar a indisponibilidade e eventual perdimento dos valores recebidos pela empresa em decorrência da fraude.

Em ambos os casos, o Ministério Público poderá ajuizar ação civil pública ou de improbidade visando o **ressarcimento ao erário** e aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/92. Ressalte-se que a imposição de penalidades de improbidade independe da responsabilização penal; as sanções cíveis podem ser aplicadas cumulativamente às penais, conforme expressa previsão legal.

3. Sanções Administrativas às Empresas

Na esfera administrativa das licitações, as empresas infratoras ficam sujeitas a penalidades específicas nos regimes de contratação pública. Em síntese, são aplicáveis as seguintes sanções:

- **Lei 14.133/2021 (art. 156):** manteve e ampliou o rol de sanções: I – advertência; II – multa; III – impedimento de licitar e contratar; IV – **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar. Assim, a autoridade competente pode aplicar multa e/ou suspensão até 3 anos, por exemplo, e declarar a inidoneidade da empresa (quando se justificar penalidade máxima). O §4º e §5º do art. 156 diferenciam a abrangência: o impedimento de contratar vale para o ente infrator, já a inidoneidade alcança todos os entes federativos. As sanções devem ser graduadas conforme a gravidade da infração, seguindo os critérios do próprio art. 156, §1º (natureza e gravidade, dano causado, existência de compliance etc.). É imperioso observar o devido

processo legal, assegurando ampla defesa no procedimento administrativo sancionador.

- **Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013):** responsabiliza objetivamente a pessoa jurídica que pratica atos lesivos (art. 5º) como, por exemplo, “**frustrar ou fraudar o caráter competitivo do certame**” (art. 5º, IV, alínea “a”) ou “fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente” (alínea “d”). Em esfera administrativa, aplica-se multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último ano (art. 6º, I) e publicação pública da condenação (art. 6º, II). O valor mínimo da multa não pode ser inferior à vantagem auferida, e a divulgação em meios impressos visa censurar publicamente a empresa infratora. A responsabilização pela Lei 12.846 independe de sanções penais ou administrativas de licitação, podendo ser cumulativa.

Em suma, as empresas assim que provado suas ações de fraude a licitação, estarão sujeitas a **sanções administrativas severas**: suspensão e inabilitação em processos licitatórios futuros (Lei 14.133/21) e multas pesadas com publicidade forçada (Lei 12.846/13).

Os tribunais superiores possuem vasta jurisprudência sobre conluio em licitação. Destacam-se, por exemplo, as seguintes orientações:

- **STJ – Súmula 645:** consagra que “o crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem”. Ou seja, bastam o ajuste ou ato fraudulento para haver crime, ainda que não seja apurado dano econômico.
- **STJ – AgRg no REsp 1679993/RN (2018):** caso “Grupo Envipol”, em que empresas do mesmo grupo combinaram propostas para favorecer empresa contrata, violando o caráter competitivo. Os recorrentes foram condenados pelo crime de fraude à licitação (art. 90, Lei 8.666/93) e teve-se por comprovado “esquema de conluio [...] levado a efeito pelas empresas do Grupo Envipol”. A decisão enfatizou que o dolo doloso de conspirar mediante ajuste foi suficientemente demonstrado, caracterizando a fraude.

- **STF – Inquérito 3.108/BA (HC 120.847/DF, 2012):** o Supremo já assentou a formalidade do crime licitatório previsto no art. 90/8666, entendendo que sua consumação independe de efetiva adjudicação ou dano patrimonial. O Pleno considerou suficiente o mero ajuste fraudulento entre licitantes, dispensando a obtenção de lucro como elemento consumativo. Essa orientação dá suporte à interpretação de que o conluio em si é punível mesmo sem dano comprovado.

Dessa forma, a jurisprudência tanto criminal quanto cível/administrativa confirma a gravidade do conluio em licitações federais: reconhece-se o caráter formal do delito licitatório e a configuração de ato de improbidade pela violação do certame competitivo. Os tribunais têm aplicado penas e sanções às empresas e agentes envolvidos, reiterando que a defesa da licitação exige ampla punição tanto criminal quanto civil e administrativa.

Conclusão: O conluio entre licitantes configura crime (CP art.337-F) e ato de improbidade (L.8.429/92), ensejando severas penas e sanções para as empresas infratoras.

VII – DO DIREITO APLICÁVEL

As práticas descritas violam frontalmente:

- Art. 5º da Lei nº 14.133/2021 – Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e competitividade;
- Art. 9º da Lei nº 14.133/2021 – Vedação a práticas que comprometam a competitividade e a lisura do certame;
- Art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 – Sanções por declaração falsa ou irregularidade nos documentos apresentados.

VIII – DOS PEDIDOS

Diante do robusto conjunto probatório e fático apresentado, aliado às graves irregularidades técnicas, fiscais, contábeis e jurídicas detectadas na documentação e conduta da empresa

habilitada, requer-se, com fulcro nos arts. 9º, 59, 63, 71, 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como na legislação penal e de improbidade administrativa correlata:

1. Seja conhecido e provido o presente recurso administrativo, para que se determine:

a) A imediata inabilitação da empresa Macario Construção e Instalação, diante da constatação de vícios materiais insanáveis em sua proposta e apresentação de documentação contraditória;

b) A anulação de todos os atos administrativos subsequentes à habilitação da referida empresa, por vício de legalidade, com fundamento no art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, a fim de restaurar a lisura e a isonomia do certame;

2. Caso este recurso não seja acolhido na instância primária, requer-se, alternativamente, o imediato envio dos autos à autoridade superior competente, bem como a comunicação formal aos órgãos de controle externos, notadamente o Tribunal de Contas da União – TCU e o Ministério Público Federal – MPF, para as providências que entenderem cabíveis nas esferas cível, penal e administrativa.

Requer-se, por fim, que todas as providências sejam adotadas com a urgência que o caso exige, diante da iminência de prejuízos irreparáveis ao erário e da necessidade de preservação da moralidade e da segurança jurídica no âmbito das contratações públicas.

AXIXÁ- MA, 29 maio de 2025.

MVDC EMPREENDEIMENTOS LTDA
MARCOS VINICIUS DUTRA CARVALHO
RG: 045858302012-7
CPF: 009457443-07
ADMINISTRADOR